



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

COMISSÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE:

– ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

– MEIO AMBIENTE, DEFESA DOS ANIMAIS e POLÍTICA URBANA

**– EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, CULTURA, DESPORTO, LAZER E
TURISMO**

PARECER EM 2º TURNO – PROJETO DE LEI Nº 885 / 2019

VOTO DO RELATOR

1. RELATÓRIO

O Projeto de Lei de autoria do Executivo n. 885/2019 que “Dispõe sobre a realização de eventos e manifestações populares, artísticas ou culturais no Município”, foi aprovado em primeiro turno.

Tendo a proposta recebido emendas, foi levada à consideração da Comissão de Legislação e Justiça e das Comissões Temáticas. Cumpre destacar que foram apresentadas 54 Emendas e 35 Subemendas à proposição. No entanto, as Emendas n. 1, 2, 3, 4, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 46, 50, 51 e 53 foram retiradas, assim como também foram retiradas de tramitação as Subemendas n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 22 à Emenda n. 47/2019 ao Projeto. Sendo assim, a Comissão de Legislação e Justiça emitiu parecer das Emendas n. 5 a 12, 31, 32, 34 a 45, 47 a 49, 52 e 54, e das Subemendas n. 21, e n. 23 a 35 à Emenda 47.

Foi apresentado e aprovado requerimento nº 350 / 2021 solicitando a apreciação conjunta das comissões temáticas. Designado relator para a apreciação conjunta do projeto, nos termos dos arts. 72 e 136 do Regimento Interno, passo à análise da matéria.

RECEBUEMOS 05-NOV-2021 13:50-002479-1/2



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2. FUNDAMENTAÇÃO

Conforme parecer exarado pela Comissão de Legislação e Justiça, a apresentação da proposição "...decorre da necessidade de adequação da legislação em vigor, com o fim de desburocratizar, simplificar, racionalizar, tornar mais transparente e conferir eficiência ao procedimento de autorização para a realização de eventos...".

Analisando as emendas apresentadas, verificamos que as Emendas n. 5, 6, 9, 11 e 31 visam suprimir, respectivamente, o § 2º do art. 8º que veda ações promocionais nos eventos realizados em bens públicos; o art. 11 que estabelece que regulamento disporá sobre a periodicidade para conceder autorização; §1º e o §2º do art. 18 e o inciso I do § 1º do art. 6º que tratam de cessões fotográficas, filmagens e cobrança de preço público; art. 23 que trata de agendamento de eventos de forma periódica, divulgada no portal da PBH.

A Emenda n. 39 visa suprimir o inciso II do art. 27 do Projeto de Lei que exige comprovante de comunicação à Polícia Militar acerca da realização do evento.

A Emenda n. 49 pretende a supressão do art. 29 que responsabiliza civil, criminal e administrativamente o promotor do evento por deterioração de bens públicos bem como pelas informações prestadas no curso do processo de autorização.

As Emendas Substitutivas n. 7, 8, 10, 12 e 32 visam dar nova redação, respectivamente, ao inciso I do art. 12; ao o §1º do art. 17; ao §1º do art. 20; à alínea "c" inciso I do art. 33; e ao §1º do art. 10, nos seguintes termos:

Art. 10... §1º - Compreende-se na proibição prevista no inciso I a troca de ingresso por itens ou produtos de qualquer natureza, **salvo a doação de itens ou alimentos destinadas para fins socialmente relevantes no município de Belo Horizonte (acrescentado)** e a doação espontânea realizada pelo frequentador do evento.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Art. 12 (.) I - Instalação de sanitários móveis no local **quando o público estimado e a duração do evento assim exigir (acrescentado)**;

Art. 17 - (..) § 1º - Compreende-se na proibição prevista no caput a troca de ingresso por itens ou produtos de qualquer natureza, **salvo a doação de itens ou alimentos destinados para fins socialmente relevantes no município de Belo Horizonte (acrescentado)** e a doação espontânea pelo frequentador do evento;

Art. 20 - (..) § 1º - A autorização será concedida em caráter precário e temporário, podendo ser revogada a qualquer tempo sem ônus para o Município, **excetuando a devolução das taxas já pagas na forma do Art. 24, corrigidas monetariamente (acrescentado)**;

Art. 33 - (.) I - (.) c - declaração subestimada, do promotor o evento, em relação à estimativa de público, enquadrando-o em categoria inferior ao evento efetivamente realizado, **nos casos em que houver controle de acesso (acrescentado)**;

As Emendas Substitutivas n. 34, 36, 40, 41, 42, 43 e 52 visam dar nova redação, respectivamente, ao caput do art. 1º; ao art. 7º; ao § 1º do art. 21; ao §2º do art. 20; ao §1º do art. 20; ao art. 13; e ao caput do art. 22 do texto originário do PL, nos seguintes termos:

Art. 1º - A realização de eventos e manifestações populares, artísticas, **tradicionais (acrescentado)** ou culturais no Município deverá observar os procedimentos estabelecidos nesta lei, para a concessão das respectivas autorizações;

Art.7º - É vedada a autorização de eventos que **contenham temática discriminatória e/ou ofensiva relacionada a: I - Diversidade religiosa, racial, étnica, de gênero e de orientação sexual; II - Demais formas de preconceitos estabelecidos no inciso IV do Art.3º da Constituição Federal (texto alterado)**;

Art. 13 - O Poder Executivo poderá exigir que o responsável pela realização de eventos **das Categorias 4, 5 e 6 previstos no art. 19 desta Lei**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

(acrescentado) em praças públicas preste caução para cobertura de eventuais danos ao patrimônio público;

Art. 20 — (..) §1º - A autorização será concedida em caráter precário e temporário, podendo ser revogada a qualquer tempo sem ônus para o Município **mediante justificativa por escrito (acrescenta);**

Art. 20 — (..) §2º - A autorização poderá ser condicionada a parecer de órgão ou entidade do Poder Executivo, em especial daqueles relacionados à proteção do patrimônio e à segurança pública (**redação retira a referência expressa e parecer de órgãos relacionados à proteção do patrimônio cultural e segurança pública e acrescenta a parte que segue**), ficando garantido aos promotores dos eventos acesso aos pareceres e prazo razoável para recurso administrativo ou para a adequação e regularização do evento.

Art. 21 — (..) § 1º - O órgão responsável pela autorização de eventos no Município poderá, em casos excepcionais, quando motivado por interesse público, **sempre mediante justificativa por escrito e com antecedência mínima que permita ao produtor a realocação do evento (acrescenta)**, revogar o agendamento prévio;

Art. 22 - Fica criada a Comissão Permanente de Análise de Eventos, **composta de membros da Sociedade Civil de forma paritária com o Poder Público (acrescenta)**, que deliberará sobre o agendamento de eventos em logradouros públicos por meio de parecer, a qual deverá considerar: (...)

A Emenda Substitutiva n. 35 visa substituir a integralidade da Seção II do Capítulo II do texto originário do projeto que trata das manifestações artísticas ou culturais.

As Emendas Aditivas n. 37, 38, 44 e 45 visam acrescentar, respectivamente, um parágrafo ao art.10; um novo parágrafo ao art. 11; artigo à Seção VI do Capítulo III; e o inciso IV ao art. 12, conforme redações abaixo:

Art. 10 - (..) § - Nos eventos promovidos pelo Executivo, total ou parcialmente financiados com recursos públicos, classificados nas categorias 5 e 6 previstas no art.19 desta Lei, é vedado o estabelecimento de monopólio ou a concessão de permissões para comercialização de bebidas exclusivamente a pessoas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

jurídicas, devendo ser reservadas vagas para comercialização de tais produtos para o fomento da economia popular;

Art. 11 — (..) § - O Poder Executivo oferecerá capacitação para a realização dos eventos e manifestações previstos nesta Lei, bem como disponibilizará material informativo impresso que elucide sobre os trâmites necessários para a formalização do pedido de licenciamento;

Acrescenta artigo à Seção VI do Capítulo III: "Art. - Fica garantida a isenção de taxas de licenciamento e reserva para os eventos enquadrados na Categoria 1.";

Art. 12 — (..) IV - Nos eventos promovidos pelo Executivo, será garantida a destinação dos resíduos sólidos para reciclagem e estimulada essa prática nos eventos de natureza privada.

Já a Emenda n. 47 foi apresentada pelo Executivo na forma de emenda-substitutivo e é fruto de amplo debate realizado entre o Executivo, os parlamentares desta Casa Legislativa e os produtores de eventos culturais na busca de consenso sobre os pontos polêmicos. Os principais pontos de alteração foram:

Desonerar a realização de eventos de menor porte quanto à obrigação de instalação de sanitários móveis e explicitar que a necessidade de caução por cobertura de eventuais danos ao patrimônio público somente se aplica a eventos em praças públicas tombadas ou objeto de proteção cultural (alterados os arts. 12 e 13, bem como do Item 1.6 do Anexo);

Incentivo e desoneração para a realização de eventos culturais classificados na Categoria 1, em casos específicos, previstos no parágrafo único do art. 27 deste substitutivo;

Alteração da área máxima para enquadramento do evento na Categoria 1, que passou de 150m² (cento e cinquenta metros quadrados) para 500m² (quinhentos metros quadrados), visando conciliar a área prevista para o evento em relação ao



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

público máximo estimado para essa categoria, considerando as questões de conforto e segurança dos participantes (inciso VII do § 1º e § 3º do 9);

Exclusão da obrigatoriedade de apresentação de "Laudo Técnico Descritivo das Condições de Segurança", prevista originalmente nos itens 11.3, IV.2, VI.7, VI.10.b do Anexo evitando a exigência em duplicidade de documentos técnicos, considerando que a análise do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e as ART e RRT de estruturas e equipamentos relativas aos eventos continuarão a ser exigidas.

A referida Emenda-substitutivo n. 47 recebeu subemendas e as seguintes permanecem em tramitação: as Subemendas n. 21, e n. 23 a 35.

Quanto a Emenda Aditiva n. 48 objetiva conferir nova redação ao § 1º do art. 4º:

Art. 4º - (...) § 1º - As manifestações descritas no caput deverão ser gratuitas, ter duração limitada a quatro horas e não poderão ocorrer antes das 08:00 e nem ultrapassar às 22:00, sendo admitida: **I - colocação de tablado de altura e metragem conforme especificações definidas pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais - CBMMG (altera o texto retirando as especificações de altura e área do tablado);** II - utilização de som mecânico, observados os parâmetros estabelecidos na legislação de controle de ruídos; III - aceitação de contribuições dos espectadores, desde que oferecidas espontaneamente.

Por fim, a Emenda-substitutivo n. 54, de autoria do Colégio de Líderes, composto pelos vereadores Ver.(a) Álvaro Damião, Ver.(a) Bella Gonçalves, Ver.(a) Bruno Miranda, Ver.(a) Dr. Célio Frois, Ver.(a) Gabriel, Ver.(a) Helinho da Farmácia, Ver.(a) José Ferreira, Ver.(a) Macaé Evaristo, Ver.(a) Marcela Trópia, Ver.(a) Professor Claudiney Dulim, Ver.(a) Rogerio Alkimim e Ver.(a) Wesley, apresenta um texto consolidado, consensual, fruto de amplas discussões com o público envolvido, parlamentares que apresentaram as diversas emendas e o Executivo, com o propósito de melhor atender à população de Belo Horizonte.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Após breve explanação do mérito, passo a análise que compete a esta Comissão, nos termos do art. 52, VII, "a", IV, "h" e II, "g", "i" e "l" do Regimento Interno.

No que concerne ao mérito quanto a Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura, Desporto, Lazer e Turismo, concluo pela aprovação do substitutivo-emenda nº 54, de autoria do colégio de líderes. Convém ressaltar que a propositura do Substitutivo nº 54 é fruto de reuniões com parlamentares da Casa e com produtores de eventos culturais, visando a melhoria do projeto original e maior consenso sobre determinados temas. Conforme apresentado, o substitutivo favorece o sistema cultural da cidade e promove o lazer, através de um regramento mais simples e racional para a realização de eventos. A proposta, ao uniformizar a legislação aplicável aos eventos na cidade, atende aos anseios dos setores culturais, da política cultural além de promover o lazer.

No que concerne ao mérito quanto a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, concluo pela aprovação do substitutivo-emenda nº 54, de autoria do colégio de líderes. O substitutivo atualiza as previsões do Código de Posturas, de modo a facilitar a realização de manifestações populares, de manifestações das culturas tradicionais e populares, de manifestações artísticas e de eventos no Município, deixando ressalvada a aplicação do Código de Posturas nos casos em que a lei for omissa. Ainda, quanto ao substitutivo não vislumbro impacto negativo nas posturas municipais, sendo que as modificações propostas pelo projeto contribuem para garantia da harmonia e o equilíbrio na utilização do espaço urbano, ao melhor regulamentar o procedimento para a realização dos eventos em espaços públicos na cidade.

No que concerne a análise quanto a Comissão de Administração Pública, concluo pela aprovação do substitutivo-emenda nº 54, de autoria do colégio de líderes. Não vislumbro óbice no substitutivo quanto conceitos administrativos e da administração pública em geral, vez que fica evidente a preocupação e proteção com o patrimônio público e não se demonstrou nenhum impacto na estrutura administrativa.



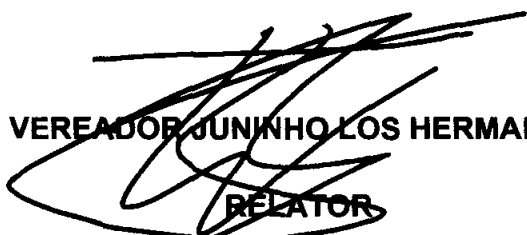
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Quanto as demais emendas, opino pela rejeição dessas uma vez que a aprovação do substitutivo-emenda nº 54 prejudica as demais emendas apresentadas. Quanto ao mérito, a emenda substitutivo nº 54, assinada pelo colégio de líderes, engloba as demandas dos setores culturais, aprimorando o projeto para melhor atender ao setor, e as demandas dos parlamentares, incorporando as emendas individuais em um único texto. Sendo assim, opino pela rejeição das demais emendas e aprovação da emenda substitutivo nº 54, fruto de amplas discussões com o público envolvido, parlamentares que apresentaram as diversas emendas e o Executivo, uma vez que está melhor atende ao propósito do projeto e à população de Belo Horizonte.

3. CONCLUSÃO

Pelo exposto, opino pela **rejeição** das emendas nº 5 a 12, 31, 32, 34 a 45, 47 a 49 e 52 e das subemendas nº 21 e 23 a 35 à emenda 47, e pela **aprovação da emenda nº 54** ao Projeto de Lei nº 885 / 2019.

Belo Horizonte, 23 de novembro de 2021


VEREADOR JUNINHO LOS HERMANOS
RELATOR